



**CARDOSO, JOSÉ LUÍS. *PORTUGAL E BRASIL EM MUDANÇA (1808-1822)*.
LISBOA: ICS, 2025, 221 P.**

GUILHERME PEREIRA DAS NEVES¹

Conhecido como historiador do pensamento econômico (Cardoso, 1989 e 2015), o autor vem demonstrando também, nos últimos anos, uma preocupação crescente com a dimensão política do turbulento período de agonia do antigo regime e da vacilante emergência do mundo liberal (Cardoso, 2019 e 2020). Em mais de um sentido, portanto, esta obra, lançada por ocasião de sua recente “aposentação”, constitui uma espécie de sumário da trajetória intelectual que cumpriu. Trajetória que não deixou de incluir também importantes atribuições administrativas, como a presidência da centenária Academia das Ciências de Lisboa, e o papel de ativo editor de textos da época, como ocorreu com a “Coleção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português”, patrocinada pelo Banco de Portugal, na qual, além de assegurar a coordenação geral, dirigiu a edição em cinco volumes das “Memórias Econômicas da Academia Real das Ciências de Lisboa”.

Logo no final do “Prólogo”, ele deixa clara essa natureza de síntese do volume, que se serve de nove artigos, devidamente adaptados, publicados em diferentes veículos, no Brasil e em Portugal, de 2008 a 2022, como base para os capítulos em igual número. Assim, por exemplo, o quarto, “Novos elementos para história do Banco do Brasil (1808-1829): crônica de um fracasso anunciado”, tomou por base um artigo de 2010. Em linguagem clara, com evidente preocupação de orientar o leitor menos familiarizado com o assunto, por meio de alguma espécie de introdução e conclusão a cada capítulo, indaga, em cada um, o alcance de certo aspecto do período e procura, assim, estabelecer as linhas de força desses anos de que resultaram um profundo abalo nas estruturas portuguesas e o surgimento do novo país independente na América.

O livro abre com o lugar ocupado pelo Brasil no contexto europeu global das guerras napoleônicas e do bloqueio continental. Divide-se em diversas seções, que discutem a historiografia e os efeitos do bloqueio, considerado este mais prejudicial à própria França do que à Grã-Bretanha; a contribuição do Brasil para tal resultado; e a recepção da abertura dos

¹ Professor Titular aposentado do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense; Pesquisador do CNPq; Sócio Titular do IHGB. E-mail: neves.gp@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5934-8349>.

portos brasileiros por José da Silva Lisboa, natural da América, familiarizado com o discurso da economia política. Assim, com o decreto de 1806 e a invasão de Portugal no ano seguinte, conclui, “Napoleão precipitou o fim de seu sonho imperial e acelerou a emergência do Brasil como nação independente” (p. 37).

O capítulo 2 encadeia-se naturalmente para tratar da Corte na América e aprofundar a análise da abertura dos portos, embora acrescente o subtítulo um tanto enigmático: “dos fatos à doutrina”. Não deixa de salientar aspectos da viagem de um lado ao outro do Atlântico, as hesitações portuguesas para decidir a partida, a radical reestruturação das engrenagens do império português a que a decisão tomada já na Bahia em janeiro de 1808 levou. Sobretudo, detém-se na exposição do pensamento econômico de Silva Lisboa (p. 49-63), cuja *doutrina* transparece dos *fatos* a que esteve ligado: a abertura dos portos e a criação nominal de uma “aula” de economia política.

No seguinte, move-se em torno de outra personagem que o acompanha há muitos anos: Rodrigo de Sousa Coutinho. Decisivo foi seu papel nas reuniões do Conselho de Estado que, diante das ameaças francesas, definiram a transferência da capital do império para o Rio de Janeiro. Antes disso, representante diplomático junto à corte da Sardenha por mais de 17 anos, adquirira uma enorme experiência da situação europeia e aprofundara seus consideráveis conhecimentos de economia política e do ideário ilustrado. Chamado de volta a Portugal em 1796 para ocupar o cargo de Secretário de Estado da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, reavaliou os riscos e potenciais do império português e, como Presidente do Real Erário a partir de 1801, continuou a insistir na correção das deficiências de que o reino padecia. Responsável pela criação da famosa Tipografia do Arco do Cego, onde reuniu muitos naturais do Brasil, viu a maioria de suas iniciativas barradas pelas arraigadas rotinas do antigo regime e pelas indecisões do príncipe regente, o futuro D. João VI. Demitiu-se em 1803, mas, na crise de 1807, voltou a integrar o núcleo decisório. Já na América, tornou-se outra vez Secretário, desta vez dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e, embora também se envolvesse com diversas outras matérias, foi nessa condição que negociou os tratados de 1810 com a Inglaterra, acordo que talvez julgasse o coroamento do “sistema grande e liberal de comércio” com que sonhara, mas que se revelou a sentença de morte para o império que tinha defendido.

Em Portugal, os empenhos de D. Rodrigo na criação de um banco não tiveram resultados. Uma vez do outro lado do Atlântico, porém, alcançou seu intento. Apesar disso, ainda que saudado por muitos elogios, o Banco do Brasil, criado por alvará de 12 de outubro

de 1808, sofreu, desde o início, de desequilíbrios nas três funções que lhe foram atribuídas: contribuir para o financiamento da Coroa, incentivar a circulação monetária e estimular os investimentos produtivos. Para assegurar o número mínimo de ações necessárias à operação, houve que aguardar um ano, enquanto mais nove foram precisos para completar o valor estabelecido do capital inicial. Em Londres, a atividade de seus representantes viu-se embaralhada pelo ministro plenipotenciário de Portugal, ninguém menos que um irmão de D. Rodrigo. Esses e outros percalços, somados à falta de transparência pública dos atos da instituição levaram a frequentes medidas de reajuste de seu funcionamento e, a partir de 1814, estimulou a emissão de papel-moeda em valor incompatível com os fundos de que dispunha como lastro. Tornou-se, assim, cada vez mais uma dependência da Real Fazenda. Em 1821, a partida do rei de volta a Lisboa deixou o Banco desprovido dos bens preciosos de que tinha a guarda, conduzindo a sua inevitável insolvência em 1829. Ao final, estudioso do sistema bancário português do início do Oitocentos, Cardoso (2020) indaga-se se poderia ter sido diferente. A resposta vem sob a forma de comentário à exposição feita em 1812 por Manuel Jacinto Nogueira da Gama, escrivão da Mesa do Real Erário e próximo a D. Rodrigo, futuro marquês de Baependi, que previa uma diferença positiva entre as receitas e despesas da Coroa no ano, o que asseguraria o cumprimento das obrigações sem recorrer a emissão descontrolada. Portanto, tratava-se de questão mais política e de mentalidades do que econômica.

O capítulo 5 explora de maneira original o significado do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Falecido D. Rodrigo em janeiro de 1812 e encerradas as guerras napoleônicas, as decisões desfavoráveis a Portugal no Congresso de Viena, em 1815, e a pressão inglesa para o retorno da Corte a Lisboa colocaram D. João diante de um dilema semelhante àquele de 1807. Voltar à Europa significava deixar o Brasil na mão dos ingleses. Já a permanência na América permitia conservar o sonho do império. Distendeu-se assim a estreita aliança com a Grã-Bretanha, enquanto voltava ao gabinete Antônio Araújo, pouco mais tarde conde da Barca. Dessa maneira, o Reino Unido, estabelecido em dezembro de 1815, aparece então como decisão para oficializar o fim do estatuto colonial, dissolvido, na prática, pela abertura dos portos de 1808 e pelos tratados de 1810. À medida, na época, não faltaram elogios e críticas, de acordo com os interesses dos envolvidos. Por outro lado, se a decisão contribuiu para a consolidação do Rio de Janeiro como capital, não impediu as reações de 1817 em Pernambuco e no Reino. De qualquer modo, foi o desenlace final, a partir

de 1820, que acabou por explicitar suas limitações.

Do Reino Unido, José Luís Cardoso passa à revolta de 1817 em Portugal. Não pretende contrariar a interpretação convencional, mas caracterizar melhor o seu “enquadramento político e econômico”. Os dois anos posteriores à constituição do Reino Unido representaram para sua porção europeia enorme gasto militar, subsidiado em larga medida pelo aliado britânico, o qual se viu no direito de intervir à vontade na frágil administração portuguesa, ainda por cima, dependente da Corte no Rio de Janeiro para decisões relevantes. “Cresceu, assim, um duplo sentimento de orfandade e humilhação de uma Regência que dia para dia revelava a sua incapacidade de reunir e decidir” (p. 124). Por sua vez, a insatisfação de setores econômicos com os efeitos crescentemente evidentes dos tratados de 1810 expressava-se nos jornais em português publicados em Londres. Regressado há pouco do estrangeiro, depois de servir na Legião Portuguesa do exército de Napoleão, com dificuldades para ser aceito de volta e desprovido de ambições políticas, Gomes Freire de Andrade foi levado, por uma série de circunstâncias fortuitas, à condição de líder do movimento, o qual acabou por favorecer os interesses pessoais do marechal inglês Beresford, comandante do exército luso. Ao final, uma análise comparada dos escritos de José Acúrsio das Neves (1814) com estudos recentes sobre a conjuntura da época aponta para uma situação mais favorável do que a grave crise apresentada por diagnósticos sem fundamentação empírica consistente. Tal procedimento, para o autor, comprova o valor da perspectiva fornecida pela economia política para esclarecer até mesmo episódios como a revolta de 1817, de natureza mais política do que econômica.

A revolução “inacabada” de 1820, campo privilegiado pelos interesses do autor, ao qual dedicou recentemente ambos os livros referenciados de início, constitui então o foco dos dois capítulos seguintes. No sétimo, com grande desembaraço, o texto passa sobretudo em revista as proclamações e debates do movimento iniciado no Porto em agosto de 1820 e coartado pela Vilafrancada em maio de 1823. O objetivo consiste em identificar os dilemas com os quais seus líderes se defrontaram e que explicam o caráter inacabado de que a atuação desses personagens se viu revestida, pois, apesar de estabelecer uma Constituição, mostrou-se impotente para demolir as imemoriais estruturas sociais e econômicas vigentes. Estas, instigadoras das diversas posteriores tentativas de reação, resistiram às reformas da década de 1830 e continuaram a assombrar a história portuguesa (como a brasileira, acrescento eu) até os dias atuais. Numa quadra em que se abominava a própria palavra, Almeida Garrett pôde

assim considerar 1820 “uma boa revolução” (p. 157).

Já no capítulo 8, José Luís Cardoso trata das “sensibilidades políticas do vintismo”. Desapercebidas pela historiografia inicial do movimento, o que nele procura realçar, não obstante a ausência de partidos organizados, são as diversas facções políticas que estavam presentes, com interesses e percepções divergentes, naquele momento de “politização” inicial – para falar a linguagem de R. Koselleck –, da sociedade portuguesa. Para começar a distingui-las com clareza, foi preciso aguardar as contribuições de Joaquim de Carvalho à *História de Portugal* dirigida por Damião Peres, em 1935, e os trabalhos de J. S. da Silva Dias de 1979 e 1980, mais tarde aprofundadas por outros, como Zília Osório de Castro. No caso deste texto, porém, mais do que “definir grupos ou núcleos coesos de ação política”, a proposta consistiu em examinar o leque das sensibilidades manifestadas pelas escolhas feitas em torno de problemas específicos, como o da convocação das Cortes, o da forma de escolha dos deputados, o do enfrentamento dos privilégios das camadas favorecidas do antigo regime, o dos muitos aspectos que suscitaram divergência na Constituição a elaborar. Para além da oposição entre revolucionários e contrarrevolucionários, em todos esses casos aparecia também uma clivagem entre liberais mais arrojados ou cautelosos. Estes últimos, entre os quais Manuel Fernandes Tomás, segundo o autor, depois da guerra civil, serviram de principais artífices para as reformas da década de 1830. Ao mesmo tempo, querer apreender tais diferenças pela sensibilidade moderna (como direita e esquerda) contribui para acirrar os argumentos do presente, mas em nada esclarece os dilemas do passado.

Definido está, assim, o quadro para o último capítulo, revolução liberal em Portugal e independência política no Brasil. Afinal, desde 1808, com a transferência da Corte, a “construção da nação brasileira ficou muito a dever à erosão de um pacto colonial de caráter mercantilista que foi gradualmente perdendo justificação para se manter em vigor” (p. 185). Com uma bibliografia atualizadíssima, passa então a investigar inicialmente as atitudes dos liberais portugueses antes e durante as Cortes Constituintes, que levaram à percepção do quanto era inevitável a separação da antiga colônia. Para isso, recorre ao percurso nem sempre transparente de Manuel Fernandes Tomás, que, em março de 1822, reconhecia, não obstante, o direito de não adesão do Brasil ao novo pacto que se estabelecia: neste caso, “passe o Brasil muito bem, que nós cuidaremos da nossa vida”. Em seguida, volta-se para o protagonismo dos defensores da independência em torno de um Bragança e para as medidas, como os *Manifestos* de agosto, que foram anunciando e consolidando a ideia de separação, embora não

deixe de apontar igualmente para a multiplicidade de perspectivas envolvidas, inclusive no âmbito das tensões regionais. E conclui evidenciando a miragem da retórica daqueles que falavam de recolonização, desmontada por Antônio Penalves Rocha há tempos, e ignorada pelos realistas, que já anteviam a solução na expansão para a África, como apontou Valentim Alexandre.

Por detrás da arquitetura dos capítulos que José Luís Cardoso armou, não se encontra uma história historizante, à antiga, nem uma história movida por forças anônimas, descarnada de agentes com nome e sobrenome. Em seu lugar, o leitor se depara com a escolha de nove pontos privilegiados de observação, cada um examinando protagonistas e dimensões do período 1808-1822, enquanto o conjunto, tudo somado, estabelece, sem qualquer teleologia, em tão poucas páginas, uma inteligibilidade para o que estava em jogo ao longo desses anos. Se, pessoalmente, me incomoda a evidente simpatia por José da Silva Lisboa, por outro lado, admiro a largueza das vistas e o domínio das fontes e da bibliografia, que parecem fazer o assunto se mover, de momento em momento, por um jogo de perguntas e respostas, como queria R. G. Collingwood, ou na busca da compreensão dos limites e possibilidades do seu tempo, que as personagens envolvidas dispunham, como propôs Quentin Skinner. O resultado, ao final, é uma concepção estruturada na mente do leitor das linhas de força e do papel exercido por algumas das figuras atuantes na época. Não é isso que se espera de um livro de história?

Referências bibliográficas

- ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do antigo regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.
- CARDOSO, José Luís (intr. e ed.). *Manuel Fernandes Tomás: Escritos políticos e discursos parlamentares (1820-1822)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2020.
- CARDOSO, José Luís. Money, Banking and Politics in Early Nineteenth-Century Portugal. In: M. MARCUZZO, G. DELEPLACE, P. PAESANI (Eds). *New Perspectives on Political Economy and Its History*. Londres: Palgrave Macmillan, 2020, p. 107-125.
- CARDOSO, José Luís. *A Revolução Liberal de 1820*. Lisboa: CTT, 2019.
- CARDOSO, José Luís. Liberalism and Enlightened Political Economy. *European Journal of the History of Economic Thought*. Abingdon (England), v. 22, n. 6, Dec. 2015, p. 934-948.
- CARDOSO, José Luís. Novos elementos para a história do Banco do Brasil (1808-1829): crônica de um fracasso anunciado. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 59, 2010, p. 167-192.
- CARDOSO, José Luís. *O pensamento económico em Portugal nos finais do século XVIII, 1780-1808*. Lisboa: Estampa, 1989.
- COLLINGWOOD, R. G. *The Idea of History* [1946]. Revised edition. Intr. and Ed. by Jan van der Dussen. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- KOSELLECK, Reinhart. Introducción al *Diccionario histórico de conceptos político-sociales básicos en lengua alemana*. Trad. y notas de Luis Fernández Torres. *Anthropos: Huellas del Conocimiento*. Barcelona, v. 223, 2009, p. 92-105.
- ROCHA, Antônio Penalves. *A recolonização do Brasil pelas Cortes*. História de uma invenção historiográfica. São Paulo: Ed. UNESP, 2008.
- SKINNER, Quentin. "Meaning and Understanding in the History of Ideas". In: *Visions of Politics*. London: Cambridge University Press, 2001, p. 57-89.